



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus
RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 16, de 2020, da Presidência da República, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné.

Relator: Senador **MECIAS DE JESUS**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado é filho de Simpício Augusto Fonseca Menezes e Doris Salles Menezes. Ele nasceu no Recife/PE, em 10 de janeiro de 1959, e graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1981. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1986, antes de ingressar na carreira no ano seguinte. Ainda nessa instituição, atendeu ao Curso de Aperfeiçoamento Diplomático, em 1996, e cumpriu o Curso de Altos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

Estudos, em 2013, quando teve aprovada sua tese intitulada “Apoio ao Setor Algodoeiro dos Países do *Cotton-4* (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali), um Projeto Bem-sucedido: Perspectivas para a Cooperação Sul-Sul Brasileira”.

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1987. Tornou-se Segundo-Secretário em 1987. Chegou a Conselheiro em 2008 e a Ministro de Segunda Classe em 2014, em promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas, destacam-se as de Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral no Porto, entre 1993 e 1997; Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Santa Cruz de La Sierra, de 1997 a 2000; Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Mendoza, entre 2007 e 2009; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Uagadugu, de 2009 a 2010; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Tegucigalpa, entre 2010 e 2014; Coordenador-Geral de Privilégios e Imunidades, na Chancelaria, de 2014 a 2015; e Embaixador em Lomé, de 2015 até o presente.

O diplomata fez jus às seguintes condecorações de instituições brasileiras: Oficial da Ordem do Mérito Militar (2007), Medalha da Ordem do Mérito Santos Dumont (2014), Diploma de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro (2014) e Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco (2018).

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Guiné. Referido documento informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, bem como aspectos econômicos.

A Guiné é uma república presidencialista. O Estado é unitário e dividido em oito regiões. O presidente é eleito por voto popular para mandato de cinco anos, com direito à reeleição. O legislativo é unicameral, composto por 114 membros, eleitos por voto popular para mandato de cinco anos.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

No relatório de 2019 sobre desenvolvimento humano das Nações Unidas, a Guiné ocupa a 174ª posição (189 países avaliados). A expectativa de vida é de 61,2 anos. Conforme o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o índice de alfabetização é de 32%.

A economia do país possui um setor moderno, exportador e explorador de recursos naturais que contrasta com os outros setores, mais tradicionais e menos dinâmicos, voltados ao mercado interno ou à subsistência.

Entre os setores tradicionais, destaca-se a agricultura. Dominada pela produção para consumo local, essa atividade representa aproximadamente 20% do produto interno bruto (PIB), embora empregue 76% da população economicamente ativa. A agricultura comercial, mesmo obstaculizada por restrições estruturais, como a precariedade da infraestrutura, vem-se desenvolvendo nos últimos anos.

Também pouco dinâmica, a indústria guineense está quase inteiramente localizada na região da capital, Conacri. Caracteriza-se pela pequena dimensão das unidades produtoras e pela produção de bens de consumo não duráveis, principalmente alimentos processados.

A mineração, por sua vez, absorve a maior parte dos investimentos diretos estrangeiros. As exportações do país são relevantemente dependentes desse setor. Do total exportado, mais de 50% são representados pelas vendas de bauxita, ouro e alumínio. O diamante é outro recurso importante para a Guiné. No entanto, sua extração é majoritariamente feita de maneira artesanal, por pequenos produtores. Há, também, grande potencial para a exploração do minério do ferro nas minas de Simandou. A região abriga uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo.

O Brasil reconheceu a independência guineense em 1958 e estabeleceu relações diplomáticas com a República da Guiné (Guiné-Conacri) em 1973. A embaixada da Guiné em Brasília foi aberta em 2005, e no ano seguinte foi instalada a embaixada brasileira em Conacri.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

Brasil e Guiné firmaram Acordo de Cooperação Técnica em 2011, que entrou em vigor em 2016. O governo guineense indicou preliminarmente interesse em projetos de cooperação que visem ao desenvolvimento de seu setor agroindustrial, principalmente no que se refere às culturas do milho e da cana de açúcar e à agricultura tropical em geral. Também gostariam de receber cooperação nas áreas de pesca e infraestrutura.

Antes mesmo da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Brasil e Guiné vinham explorando iniciativas nessa área, mas a deterioração do quadro político-institucional guineense, a partir de dezembro de 2008, não permitiu a continuidade daqueles esforços. Na época, estudavam-se as possibilidades de desenvolver projetos nas áreas de biocombustíveis, desenvolvimento energético e cooperação esportiva.

O comércio entre o Brasil e a Guiné restringe-se, basicamente, às exportações brasileiras, concentradas no açúcar, produto que, em 2019, correspondeu a mais de 70% do valor exportado. A pauta de importações de produtos guineenses pelo Brasil concentra-se em borracha. Em 2017, registrou-se valor mais alto que a média no total de importações, que chegou a 10,2 milhões de dólares estadunidenses. O aumento correspondeu a importações de bauxita pelo Brasil.

Há investimentos brasileiros em projetos de construção de estradas e pavimentação/revitalização de vias urbanas dos quais participam a companhia OAS, estabelecida na Guiné desde 2012. A empresa permaneceu no país mesmo durante os dois anos em que a Guiné foi mais duramente atingida pela epidemia de ebola (2014 e 2015). Em 2018, o escritório da companhia foi atingido durante protestos violentos registrados em Conacri, mas a situação se normalizou posteriormente.

Na área de mineração, a Vale decidiu, em 2015, transferir sua participação no projeto de exploração de minério de ferro nas minas de Simandou para seu então sócio na Guiné, a *BSG Resources Ltd* (BSGR).

A Guiné foi um dos países favorecidos pela decisão do governo brasileiro de perdoar as dívidas de alguns países africanos (política de recuperação de créditos, que abrangeu a reestruturação de dívidas). A





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

dívida original da Guiné com o Brasil chegava a 10.421.188,46 de dólares estadunidenses. O aumento correspondeu a importações de bauxita pelo Brasil.

O lado brasileiro comprometeu-se com a redução de 98% dessa soma, restando o equivalente a 208.423,77 de dólares estadunidenses. O aumento correspondeu a importações de bauxita pelo Brasil.

O número de brasileiros residentes na Guiné é reduzido, composto sobretudo de religiosos e membros da diáspora libanesa com dupla nacionalidade. A capital Conacri é a principal localidade de residência e trabalho da comunidade brasileira. Forécariah e Boké são outras cidades onde alguns missionários costumam atuar em atividades de evangelização e assistência social. Para seu escritório em Conacri, a empreiteira OAS envia regularmente um número reduzido de brasileiros, que, na maioria dos casos, permanecem no país por períodos relativamente curtos. Não há nacionais em privação de liberdade, nem casos de brasileiros com necessidades de assistência ou em estado de desvalia. Os serviços consulares concentraram-se na legalização de documentos. Brasil e Guiné não estabeleceram acordos de isenção de vistos.

Sendo o que se considera suficiente para o debate e deliberação da sabatina, nada mais aqui se acrescenta.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

